

Capítulo 5 - O modelo de mudança para uma sociedade sustentável

Este capítulo apresenta um resumo dos três casos analisados, apontando o potencial da atividade e de uma política de design daqui em diante, tendo como referência pontos de vista e fatores que dão ênfase à teoria socioeconômica alternativa, para indicar de forma sistemática um modelo de mudança através da atividade do design para uma sociedade sustentável e políticas de design para este fim.

5.1 Criando uma estrutura de circulação sustentável a partir da atividade do design

5.1.1 O papel da atividade do design

O significado e o papel da atividade do design no caso do Brasil

No caso do Brasil, a atividade do design é considerada principalmente na perspectiva da sustentabilidade do sistema cultural. A dinamização do artesanato representa a união da atividade do design e da atividade artesanal em nova corrente, ou seja, está nascendo a “artesanização” do design. A artesanização do design significa a recuperação da diversidade e da regionalidade da atividade e do sistema cultural, em vinculação com o fortalecimento do capital cultural, elevando a sustentabilidade do sistema cultural como um todo. A ativação das pequenas e médias empresas; a redução dos problemas ambientais; a amenização da pobreza, do desemprego, da desigualdade e da exclusão social junto ao desenvolvimento dos recursos humanos e à diversificação das indústrias e exportações. O que conduz a pensar que também se eleva a sustentabilidade dos sistemas econômico, social e ambiental.

Em relação à atividade do design, se atentarmos para a relação de sustentabilidade de cada sistema, é possível observar uma estrutura. A atividade do design que tem sua regionalidade e diversidade fortalecidas consegue oferecer maior diversidade e regionalidade para o sistema econômico e para o sistema cultural, transformando ambos em sistemas cada vez mais sustentáveis. A regionalidade é algo que possui grande diversidade cultural, sendo assim um elemento que fortalece a diversidade como um todo. E essa atividade contribui ainda com

práticas de inclusão social e atividades do terceiro setor (sociedade civil), que estimulam o fortalecimento de um sistema social sustentável. Além disso, o que está transformando a atividade do design em algo mais diversificado e regional é o sistema democrático, que inclui as atividades da sociedade civil e práticas de inclusão social. O sistema cultural, fortalecido pela diversidade, tem a função de igualmente fortalecer a atividade do design, regional e diversificada. Com as estruturas de relações mútuas citadas acima, pode se afirmar que a sustentabilidade de cada sistema consegue ser assegurada.

Do ponto de vista político, a artesanização do design está sendo acelerada pelas políticas industriais e sociais, mas a união das práticas, devido à atividade do terceiro setor, está originando uma composição mais efetiva politicamente. Dentro das políticas industriais, as políticas de design e de artesanato, ao mesmo tempo em que estão gerando um efeito sinérgico estão criando uma composição que promove a artesanização do design. Partindo do citado acima, podemos afirmar que o caso Brasil indica a eficácia das políticas de integração e cooperação, e das atividades do terceiro setor.

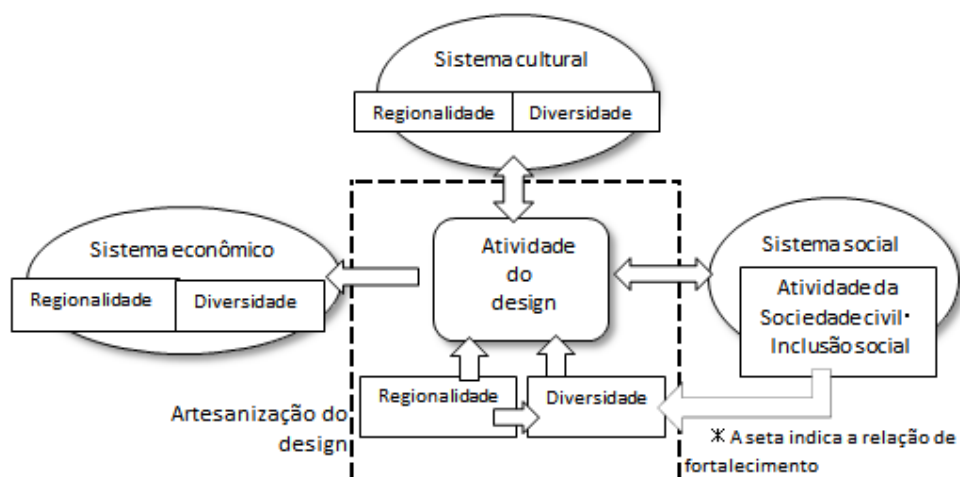


Figura 5-1 O significado e o papel das atividades de design no caso do Brasil (Fonte: autora)

O significado e o papel da atividade do design no caso da Costa Rica

Neste caso, a atividade do design foi analisada pelo ponto de vista do sistema econômico (produção e consumo). A atividade do design que acompanha um empreendimento, caso da Costa Rica, em que os empreendedores são os próprios designers atuando na área da moda, forma uma atividade independente do design que cria valores culturais diversos. Quando vemos que o sistema de produção e consumo consegue interpretar sua ligação com a diversificação, a promoção do consumo independente e sua regionalização, podemos pensar que o sistema econômico está se convertendo para a sustentabilidade. E que do ponto de vista do sistema cultural, por estar ligado à manutenção da diversidade e ao fortalecimento do capital cultural, podemos pensar que também está elevando a sustentabilidade desse sistema.

Similar ao caso do Brasil, o diagrama da relação de sustentabilidade de cada sistema em torno da atividade do design aparece na Figura 5-2. A atividade do design que tem a diversidade intrínseca, consegue transformar o sistema de produção e consumo em algo com elevada diversidade e regionalidade. Ao mesmo tempo em que fortalece o sistema econômico sustentável, traz diversidade e regionalidade para o sistema cultural, fortalecendo assim a sua sustentabilidade. O sistema cultural e o sistema econômico que têm a sua diversidade e regionalidade garantidas, ao mesmo tempo em que mudam um ao outro, estão ligados também à sustentação da atividade do design independente e de alta qualidade.

No plano da política, indica a importância da cooperação e união das políticas públicas baseadas na interdependência dos sistemas, como por exemplo, a cooperação entre políticas culturais e industriais. São necessárias também medidas para a formação de ambientes que possam sugerir uma atividade de design independente e valores culturais diversificados.

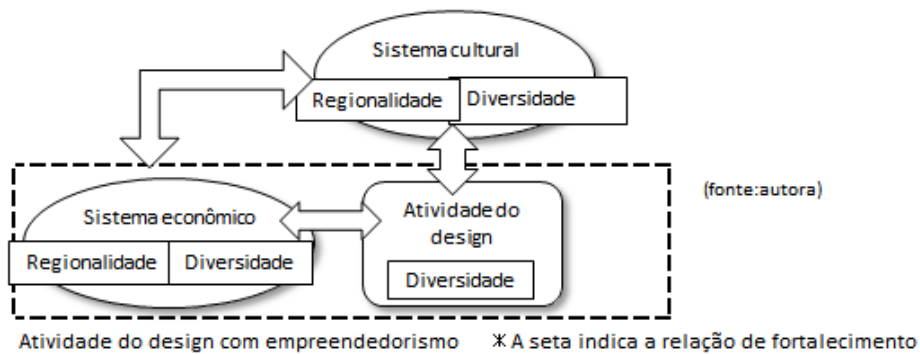


Figura 5-2 O significado e o papel das atividades de design no caso da Costa Rica

O significado e o papel da atividade do design no caso da Argentina

No caso argentino analisamos a relação entre a atividade do design e o sistema social. As atividades relacionadas ao design que se importam com as redes sociais, se conectam com as práticas de inclusão e com atividades da sociedade civil, tornando-se um elemento de promoção do design social. Pode-se pensar que tem a função de transformar a atividade do design em algo mais democrático devido à expansão e diversificação dos seus ativistas e de espaços de cooperação e debate democráticos. A atividade mais democrática do design, em outras palavras, a democratização do design contribui para o fortalecimento do capital social e para a amenização dos problemas sociais, acelerando a formação de um sistema social sustentável.

Observemos a relação da atividade do design com a sustentabilidade de cada sistema no diagrama de correlação da Figura 5-3. O sistema social democrático, que abrange a utilização das redes horizontais, atividades da sociedade civil e práticas de inclusão social, está tornando o design algo cada vez mais democrático. A atividade do design democratizado, além de fortalecer a sustentabilidade do sistema social, também contribui para a inclusão, com atividades da sociedade civil e para o fortalecimento de redes horizontais. A estrutura de fortalecimento do sistema social pela democratização do design, significa a utilização democrática do capital cultural, o que eleva a

sustentabilidade do sistema cultural. Ou seja, pode-se dizer que o sistema social e o sistema cultural têm uma relação de fortalecimento mútuo. Do mesmo modo, a inclusão, as atividades da sociedade civil e a rede horizontal têm a função de diversificar, e um design com diversidade consegue mudar o sistema econômico para algo mais diversificado e fortalecer o sistema econômico sustentável.

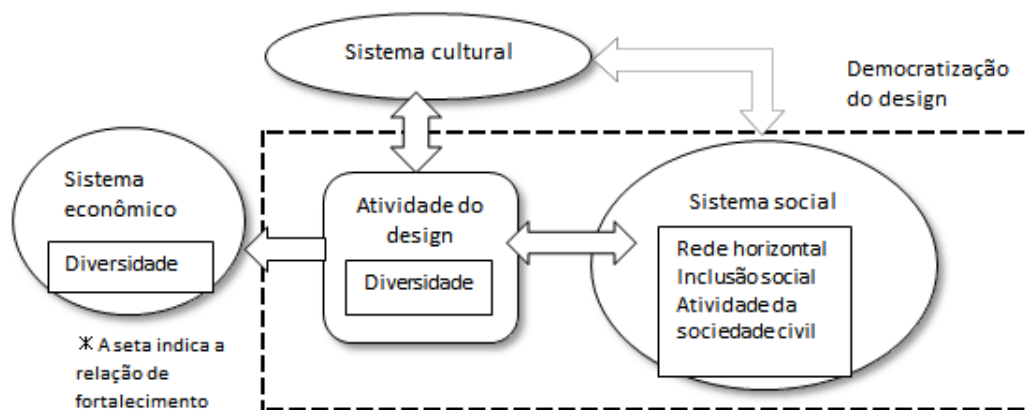


Figura 5-3 O significado e o papel das atividades de design no caso da Argentina

Uma sugestão de política levantada no exemplo, é a formação necessária de um ambiente que promova as atividades democráticas de design, o design social, a cooperação e integração das políticas que aceleram a atividade baseadas na interdependência do sistema. Seriam eficazes principalmente: a promoção do desenvolvimento das redes horizontais relacionadas ao design, a cooperação com as atividades da sociedade civil, a utilização das TIC, a criação de espaços para debates abertos e colaborativos e os intercâmbios acadêmicos.

5.1.2 O potencial da atividade do design e a teoria socioeconômica alternativa

Em seguida, para esclarecer o potencial e o modo ideal da atividade do design, a análise terá como referência os pontos de semelhança de cada caso e o ponto de vista em comum da teoria socioeconômica alternativa.

Primeiro, ao pensar nos pontos comuns provenientes da análise dos três casos, podemos mencionar a função da atividade do design que consegue elevar as multifaces da sustentabilidade. A atividade do design está contribuindo nas questões regionais, do país e do mundo todo, para a ativação das pequenas e médias empresas e das regiões, a mudança de estrutura da indústria, a diversificação da economia, a amenização dos problemas sociais e ambientais, a recuperação da diversidade cultural, e o fortalecimento do seu próprio capital cultural, elevando assim, a sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica.

O segundo ponto em comum é a indicação do potencial de mudança de cada sistema pela atividade do design, tais como os sistemas econômico, cultural, social e ambiental. No exemplo do Brasil, a atividade do design se une ao artesanato; no exemplo da Costa Rica, a atividade do design é independente e cria os próprios valores culturais; e no exemplo da Argentina, as atividades do design que são mais democráticas. Assim sendo, pensamos que a atividade de o design está tornando mais sustentável cada sistema de cada país. Pode-se afirmar que em cada exemplo está indicado o potencial de mudança dos sistemas social, cultural, econômico e ambiental, em outras palavras, de mudança social através da atividade de design.

Em terceiro, foram levantados os pontos em comum que indicam o potencial da atividade do design como atividade cultural. A atividade do design é uma atividade de criação e cultura, mas sempre foi considerada como um produto com valor agregado, que gera valor econômico. Por esta razão, as atividades de design não deram importância (não focaram) na diversidade e na regionalidade, e não devem ser vistas da perspectiva do sistema cultural unicamente como criação de valor cultural e fortalecimento do capital cultural. Porém, ao considerar as atividades de design como atividade cultural ou a utilização do capital cultural na criação de valores culturais próprios, seria possível esclarecer melhor a sua influência na sustentabilidade dos sistemas social, econômico, ambiental e cultural, então, ter esta perspectiva cultural leva a muitas possibilidades.

Os exemplos do Brasil e da Costa Rica apontam que a atividade de design vem se tornando uma atividade de criação

que consegue criar os próprios valores culturais com diversidade e regionalidade, ligada à sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. No exemplo da Argentina, a atividade do design está fortemente ligada aos direitos culturais tais como o aproveitamento da cultura e a criação, que se encaixa na ideia do direito à cultura, contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas social e cultural. Ou seja, nos três casos a atividade de design como atividade cultural indica que tem um papel na manutenção da sustentabilidade multifacetada e na mudança social.

Os três pontos em comum: a sustentabilidade multifacetada, o potencial de mudança social e o potencial como atividade cultural, dependendo do ponto de vista e do mecanismo da cultura, sugerem o papel potencial da atividade do design que objetiva uma mudança social que garanta a sustentabilidade multifacetada. Como veremos a seguir, a maioria das teorias socioeconômicas alternativas possuem o mesmo direcionamento do caminho apresentado.

A preocupação em relação ao futuro do planeta e da humanidade gerou diversas teorias socioeconômicas, entre as quais, a economia ambiental, economia cultural, teoria do desenvolvimento endógeno, teoria das cidades criativas, *décroissance*, economia solidária e economia social. Ou seja, teorias alternativas e suas práticas. A maioria delas tem como premissa a sustentabilidade não só ambiental, mas também econômica, social e cultural. Essas teorias, estão desenvolvendo discussões em direção à mudança social a partir do vasto ponto de vista que faltava às teorias socioeconômicas tradicionais de até então.

“A teoria do desenvolvimento endógeno” representada por Tsurumi Kazuko e Kenichi Miyamoto tem influência em diversas áreas, como uma alternativa ao modelo de modernização ocidental da teoria do desenvolvimento regional e da sociologia. O modelo de desenvolvimento não ocidental defendido por Tsurumi dá ênfase às culturas locais, ao desenvolvimento regional e à participação das pessoas, em contraponto à teoria da modernização que gerou desigualdade regional e destruição ambiental. Miyamoto considera o “desenvolvimento endógeno”

sustentável, dentro da “economia ambiental”, ao mesmo tempo em que faz críticas ao “desenvolvimento por meio de tecnologia e capital externo” do Japão. O autor define desenvolvimento endógeno como sendo o “desenvolvimento regional que faz melhorar o bem-estar dos habitantes com as ‘próprias mãos’ dos municípios, realizando o desenvolvimento econômico enraizado na cultura local, a partir do aprendizado voluntário de pessoas e grupos de empresas e associações locais. Os planos com base no desenvolvimento tecnológico autônomo, conservam o meio ambiente da região e ao mesmo tempo usam os recursos locais de forma racional” (MIYAMOTO, 1989, p.294).

A teoria das cidades criativas de Peter Hall, Charles Landry e Masayuki Sasaki vem chamando cada vez mais a atenção ao mesmo tempo que vem se expandindo as discussões dinâmicas nas áreas de economia cultural, política cultural, economia urbana e planejamento urbano. Dentro e fora do país observamos o aumento de práticas e iniciativas das “cidades criativas” como a rede de cidades criativas da UNESCO e a aplicação de políticas e estratégias urbanas nos EUA, na Europa e na Ásia. Em um cenário de devastação das cidades devido ao declínio e ao esvaziamento das indústrias de manufatura, chama a atenção o crescimento da expectativa por uma revitalização das cidades através da promoção das indústrias criativas no contexto de uma mudança estrutural para uma economia da informação e do conhecimento. A “cidade criativa” apresentada por Sasaki é “baseada na livre expressão das atividades criativas dos cidadãos, tem muita criatividade na cultura e na indústria, e ao mesmo tempo em um sistema econômico urbano inovador e flexível, que não o da produção em massa, com muitos ‘*creative milieu* (ambientes criativos)’ onde soluções criativas seriam geradas para problemas ambientais globais e questões e locais” (SASAKI, 2001). Buscando o conceito inicial na economia artística de Ruskin e Morris e em Lewis Mumford, que aplicou as ideias dos primeiros à teoria urbana, Sasaki cita os estudos urbanos de Jane Jacobs, bem como a teoria política para cidades criativas do *European Creative Cities Research Group* como representado por Landry. Toshio Kamo argumenta que o conceito de cidades criativas se contrapõe e é uma alternativa ao

conceito das cidades globais. Sasaki faz a comparação entre as “cidades criativas” representadas por Bologna e Kanazawa com as “cidades globais” como Nova Iorque e Tóquio, afirmando: “Há como característica a categorização da ‘cidade criativa’ pelo polo oposto, a ‘cidade global’ que é dominada pelo capitalismo financeiro da atualidade” (SASAKI, 2009). E ainda, para superar as contradições e os pontos fracos das “cidades globais, que tem o capital financeiro e serviços especializados avançados como propulsor da economia e conseguem alcançar o topo da hierarquia global expandindo as desigualdades sociais”. Sasaki incorporou uma perspectiva que visa reconstruir uma sociedade global culturalmente diversificada e uma comunidade socialmente inclusiva, enquanto expande uma rede urbana horizontal, centrada no desenvolvimento da cultura e da indústria (indústria cultural) com base nas atividades criativas dos cidadãos, dentro da teoria de cidades criativas” (SASAKI,2009). Na ECO 92⁵³ também foi discutida a importância do significado que a força da cultura tem para a formação de uma sociedade sustentável, a revitalização das cidades e a integração da sociedade a partir do avanço das indústrias culturais.

A teoria e as práticas da economia solidária tiveram início na América Latina em 1980, e através de fóruns sociais mundiais, a palavra economia solidária começou a ser usada. Porém, a teoria surgiu para retornar as atividades de ajuda mútua e enfrentar os problemas sociais que surgiram com a Revolução Industrial na Europa. Na França, ocorreu por meio de cooperativas e foi nomeada como economia social. De acordo com Jun Nishikawa do Instituto de Política Econômica para Qualidade de Vida (2007), a atividade cooperativa na França teve início com Charles Gide, autor de “Economia Social” (1905), onde encontra-se a frase “economia social e solidária” (*économie sociale et solidaire*) na qual Gide praticamente utiliza a palavra “economia social” como sinônimo de “economia solidária”, mas ao estudar o seu conteúdo encontramos apontado o caminho traçado do desenvolvimento da economia social para a economia solidária. Na Argentina é mais conhecida como economia social, o conteúdo é igual, também referindo à economia solidária social, onde se dá mais ênfase à solidariedade social do que à economia, e tem como base a

oposição à economia capitalista que força sempre a competição. A América Latina, onde a reforma da economia neoliberal e do programa de ajuste estrutural do FMI representou um sacrifício, apresentou um desenvolvimento intenso da economia solidária. No Brasil e na Argentina, o governo central e os municípios instalaram departamentos relacionados para dar suporte jurídico e político às práticas. Como atividades práticas entenda-se: atividades cooperativas, comércio justo, empresas sociais, microcrédito, moeda social (local), financiamento solidário, conservação ambiental, atividades culturais, geração de empregos por empresas sem fins lucrativos, formação de comunidades democráticas endógenas e suporte para a inclusão social. Ao mesmo tempo que estão sendo realizadas atividades conjuntas entre regiões, há um avanço na formação de redes internacionais.

A teoria do decrescimento (*décroissance*) foi proposta desde os anos 2000, principalmente por estudiosos de teorias pós-desenvolvimento na França e na Itália, liderada pelo filósofo econômico Serge Latouche. Yoshihiro Nakano, tradutor da versão japonesa do livro de Serge Latouche “É possível um desenvolvimento social sem um crescimento econômico?” (2007), na passagem “Sobre a área de pensamento de Serge Latouche” da mesma obra, comenta que o pensamento do pós-desenvolvimento e a teoria do decrescimento de Latouche “interpretam as questões de desenvolvimento internacional pós-guerra do ponto de vista da teoria da civilização, e dentro disso as pessoas dos países desenvolvidos e industrializados oferecem um caminho para uma sociedade alternativa junto com os países em desenvolvimento”. De acordo com Nakano, o pensamento do pós-desenvolvimento examina criticamente o fato de que a política internacional de desenvolvimento opera com base no paradigma do crescimento (valores econômicos específicos da civilização moderna ocidental), do sistema nacional moderno e da ciência moderna, “Contra o efeito homogeneizante do sentido de existência produzido pelo domínio mundial da civilização ocidental moderna”. E segue “é preciso revitalizar a autonomia das pessoas nos países em desenvolvimento e criar um mundo com base em diversos valores e estilos de vida para que não

sejam dominados pelos valores do ocidente moderno, principalmente a lógica econômica”, apresentada a eles. A teoria do decrescimento, que tem como fundamento o pensamento do pós-desenvolvimento, representa um movimento social de base, o processo da prática civil que transforma as sociedades industriais de hoje em uma organização pluralista de autogestão enraizada nas culturas e ecossistemas específicos de cada comunidade (um escape do paradigma de crescimento econômico), buscando a realização de uma nova prosperidade que não visa o crescimento econômico. Decrescimento é “um termo que representa uma alternativa ideal: um estado de fuga do paradigma do crescimento econômico”. Pode-se dizer que é uma alternativa ao paradigma de crescimento econômico centrado no ocidente moderno. As práticas da teoria do decrescimento podem ser vistas principalmente na França e na Itália, mas também na Espanha e na Bélgica onde há uma formação voluntária de grupos que apoiam o decrescimento, como movimento social que tem o objetivo de promover uma abordagem ecológica apropriada, o movimento de ecovilas, associações para a manutenção da agricultura nas áreas rurais, grupos de consumo solidário e adeptos da vida simples. Nakano, ao compreender a teoria do decrescimento como um movimento social, classificou-o em uma linhagem do movimento de autogestão e apontou que é um protótipo do movimento da economia solidária que se expande como um experimento que corrige as desigualdades geradas pelo capitalismo. Latouche considera a teoria do decrescimento diferente de tendências como o altermundialismo (*Alter Globalization*) e a economia solidária, e ao mesmo tempo diz que as propostas específicas dos ativistas da globalização e das economias solidárias seriam totalmente bem-vindas no grupo do decrescimento. Portanto, na prática, o decrescimento é considerado como semelhante à economia solidária.

A maioria das teorias socioeconômicas alternativas, incluindo a economia cultural, dão ênfase à cultura e ao seu conceito. A teoria do desenvolvimento endógeno tem como principal fundamento o desenvolvimento baseado na cultura de cada local. Latouche (2007) “que vem propondo saídas ativas para a construção de uma sociedade autônoma ecológica e democrática

(sociedade de decrescimento), ao prever de forma precisa a crise de uma sociedade de mercado globalizada” aponta que “não é apenas uma crise financeira, econômica, social ou biológica, é basicamente uma crise cultural e humana também”. E ainda denomina a destruição da autonomia cultural dos países em desenvolvimento como um “fenômeno de perda cultural” que afirma ser o maior problema da ocidentalização mundial. Prossegue, “o importante é sair do paradigma baseado em um ‘*homo economicus*’ racional unificado (a causa principal do suicídio cultural e da uniformização da terra), para poder revitalizar a diversidade e o pluralismo”. Na teoria do decrescimento, é levantada não só a recuperação e a reconstrução da própria cultura, mas uma revolução cultural como filosofia.

O economista solidário argentino José Luis Coraggio fez críticas à separação entre a cultura e a economia e o desenvolvimento que está sendo promovido pela racionalidade homogênea, dando ênfase à importância da cultura que traz a identidade, a liberação da energia social e habilidade econômica (CORAGGIO, 2007). No painel “Política de formação de organizações, políticas de sustentabilidade e as experiências do desenvolvimento regional com ênfase às políticas culturais” apresentado no “Seminário internacional sobre o desenvolvimento econômico regional” que ocorreu na Colômbia, Yoko Kitazawa disse, sobre o conceito de economia solidária, que “não é um conceito restrito de economia, mas contém uma perspectiva pluralista e cultural⁵⁴” e afirma que a economia solidária possui uma profundidade cultural.

Na economia solidária, a economia e a cultura são consideradas como inseparáveis abrangendo as atividades culturais e a conservação das culturas tradicionais. Pode-se dizer que as teorias socioeconômicas alternativas têm como objetivo, do ponto de vista da cultura, a superação dos problemas gerados pela globalização e modernização. Como uma questão de mudança do sistema social pelo modelo da “cidade criativa”, Sasaki enfatiza a importância da mudança do sistema de produção - consumo em massa - para uma economia criativa baseada na produção cultural da pós-produção em massa.

Também apresenta a necessidade da “revalorização do trabalho criativo que gera um “valor real” apoiado pelo valor cultural e o surgimento de ‘pessoas criativas’ que criam a sua própria cultura de vivência, superando o falso boom de consumo”. E ainda, aponta que a política “do progresso humano e do direito cultural” que a UNESCO está promovendo, é o direito de aproveitamento e de criação da cultura, de extrema importância na vida das pessoas. A mudança social, abarca as diversas funções e possibilidades que a cultura possui, baseada nos conceitos de valor cultural, na produção cultural e nos direitos culturais.

Os requisitos para gerar os três pontos em comum: a sustentabilidade multifacetada, o potencial de mudança social e o potencial como atividade cultural, assim como visto anteriormente, são: regionalidade, diversidade, atividades da sociedade civil (terceiro setor), rede horizontal e as práticas de inclusão social. Estes fatores influenciam a atividade do design que se transforma e consegue converter os sistemas ao redor em algo cada vez mais sustentável. No caso do Brasil, a atividade de design que tem como base a regionalidade e a diversidade está convertendo o sistema econômico, cultural, ambiental e social em sistemas cada vez mais sustentáveis. O fator gerador de um design regional e diversificado é a economia solidária que tem como objetivo a ação da sociedade civil e a inclusão social, e em contrapartida a atividade do design é um reforço destas. No caso da Costa Rica, a atividade do design aporta diversidade e regionalidade para o sistema cultural e para o sistema de produção/consumo, em outras palavras, para o sistema econômico, sendo assim um elemento que converte cada sistema em sustentável. E o campo de atividade de design, neste caso, era moda, que tem a diversidade imanente. No caso da Argentina, as práticas de inclusão social, as atividades sociais e as redes horizontais permitiram o fortalecimento entre si, convertendo a atividade do design em algo mais democrático, tornando os sistemas social e cultural cada vez mais sustentáveis. As atividades do design compostas por redes horizontais trazem diversidade ao sistema de consumo e produção, tornando o sistema econômico cada vez mais sustentável. As redes horizontais, as práticas de inclusão social e

as atividades de sociedade civil são elementos que geram um design democrático, conseqüentemente trazendo diversidade para a atividade.

Esses fatores, abordados posteriormente, têm muito em comum com os fatores relevantes da teoria socioeconômica alternativa.

Regionalidade

A globalização e a economia neoliberal do sistema econômico por meio das multinacionais que buscam o menor custo pela mão de obra em qualquer lugar do mundo, independentemente se o país está em desenvolvimento ou se é um país desenvolvido, arruinaram as indústrias tradicionais das regiões, e ao mesmo tempo foram a causa da perda de características próprias e da regionalidade das indústrias. Na teoria do decrescimento (SERGE LATOUCHE, 2010) é perceptível a interpretação de que as particularidades regionais, como a cultura e o ecossistema, foram perdidas por causa da modernização e da globalização. Entretanto, podemos afirmar que a recuperação dos valores perdidos é importante para assegurar a sustentabilidade e o reconhecimento da importância de promover os diversos crescimentos enraizados na região, pontos comuns das teorias socioeconômicas alternativas. Latouche apresentou oito programas de revitalização como metodologia, entre os quais “Revalorizar (*Réévaluer*)”, “Reduzir (*Réduire*)” e “Relocalizar (*Relocaliser*)” desempenham um papel estratégico. O programa de “Relocalização” objetiva a criação de uma democracia ecológica enraizada na região, o que significa a busca da autossuficiência alimentar, econômica e financeira. Este programa tem como objetivo a “criação de uma sociedade autônoma e local”, que possui uma face de dependência mútua entre a inovação política e a autonomia econômica. E a região é considerada “não como um espaço fechado, mas como um ponto de conexão da rede de relações transversais que tem virtude e solidariedade”. Kenichi Kitajima (2007) aponta que a economia solidária ao mesmo tempo em que expande as práticas regionais

como serviços de vizinhança, sistema de trocas regionais, rede de troca de conhecimento, produção própria, agricultura sustentável, lojas de produtos orgânicos e cozinhas coletivas, mantém práticas de inclusão social, tais como suporte para busca de emprego, ligadas à “projetos de desenvolvimento regional” e temas de cooperação local. A teoria das cidades criativas de Masayuki Sasaki, a princípio tem como objetivo a anulação dos problemas e dos limites da estrutura nacional destacando como seria a economia regional para um progresso regional endógeno e a manutenção de um ciclo balanceado entre produção e consumo.

Como apontado nos casos analisados, a regionalidade se tornou um elemento para superar o design uniforme da produção e do consumo em massa, ligada à diversificação da atividade do design. A regionalidade está associada ao conceito de formação de comunidade, à diversidade cultural e biológica e ao desenvolvimento endógeno, um elemento que promove mudanças em todos os sistemas: ambiental, cultural, econômico e social. Ou seja, quando a atividade do design tem como objetivo a formação de uma sociedade sustentável, para realizar a mudança, a regionalidade é um elemento essencial.

Diversidade

Em 2002, na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) em Johannesburgo a “Declaração Mundial para a Diversidade Cultural” da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), dentro do “plano de execução” juntamente com a paz, segurança, estabilidade, direitos humanos e o respeito pela liberdade, a diversidade cultural, foi determinada como elemento indispensável para se atingir um desenvolvimento sustentável. Ela também pode ser interpretada como um elemento fundamental para a construção da paz e de uma sociedade que convive com diversas culturas.

Sasaki sempre insistiu na importância da diversidade cultural para a construção da cidade criativa. No Fórum Mundial de

Cidades Criativas em Osaka (2007), foi realizada uma sessão com o tema “Cidades Criativas e a diversidade cultural” na qual, o levantamento de problemas aponta “dentro da globalização que aprova a diversidade, existe um direcionamento do desenvolvimento das cidades criativas”. As redes das cidades criativas da UNESCO também visam a promoção da diversidade cultural. A teoria do decrescimento de Latouche tem como finalidade a recuperação da diversidade, tendo em vista a salvação da cultura perdida nos países em desenvolvimento devido às atividades econômicas dos países desenvolvidos. As práticas da economia solidária também são enraizadas nas regiões e por isso tem a diversidade como pré-requisito. A diversidade não é estabelecida apenas com a regionalidade, assim como a produção cultural apresentada por Sasaki, mas também dentro do sistema de produção e consumo, do ponto de vista econômico. A diversidade é um elemento importante para a sustentabilidade e é um elemento que transforma a atividade do design.

Sociedade civil (terceiro setor)

As práticas e a teoria da economia solidária têm como pontos básicos de administração a autonomia, a cooperação, a democracia, a igualdade e a sustentabilidade. E os protagonistas são as cooperativas, as organizações comunitárias de autoajuda, empresas de autogestão do trabalhador, ONGs e organizações da sociedade civil, em outras palavras, o terceiro setor. Coraggio, dentro do comentário indicado anteriormente, apontou as perdas nas regiões sob influência da economia mundial e a busca de medidas para a recuperação por vários atores, da sociedade civil organizada. A sociedade civil pode ser vista como um complemento do capitalismo e do governo, mas setores da sociedade civil organizada (terceiro setor), distintos pela ênfase na economia solidária, “compartilham o interesse pela justiça social, igualdade e a sustentabilidade do ambiente e são críticos aos traços repressivos do estado e do mercado. A sociedade civil compartilha a vontade de encontrar opções que possam substituir

o crescimento impulsionado pelo mercado e pelo estado, com base nos valores da solidariedade, mutualidade e coletivismo” (MATSUSHITA, 2006, p.17). Podemos pensar que a construção de uma sociedade mais democrática, da qual participem cidadãos e residentes, promoverá o desenvolvimento humano e a recuperação da “esfera pública” que estavam em risco. As práticas da teoria do decrescimento, que se assemelham às da economia solidária também têm a sociedade civil desempenhando o papel principal. Em relação à teoria das cidades criativas, Sasaki enfatiza que a atividade das organizações sem fins lucrativos “funciona para expandir a área de trabalhos criativos e de agora em diante há uma grande expectativa” de solução dos problemas pelos cidadãos. Na teoria socioeconômica alternativa são enfatizadas a sociedade civil e o terceiro setor como protagonistas da mudança, e o exemplo mostra que será um fator de mudança também no campo do design.

Redes horizontais

A economia solidária basicamente tem a ideia de encontrar maneiras de escapar do impasse do sistema capitalista, introduzindo no sistema os “princípios horizontais e éticos”, com ênfase nas redes horizontais, na solidariedade social e na solidariedade geracional. Na prática, há progresso na formação de redes horizontais e na formação das redes internacionais das organizações. As práticas da teoria do decrescimento, desde as redes regionais até as mundiais apoiam a atividade. De acordo com Sasaki, a teoria das cidades criativas, segundo atestam os exemplos dos empreendimentos dos artesãos de Bolonha e a fusão da tecnologia digital com a indústrias tradicionais em Kyoto, aponta a importância das redes horizontais que podem conectar pessoas e serem um fator que cria o “*creative milieu*”. As redes das cidades criativas da UNESCO também têm como finalidade fomentar a relação entre cidades horizontais. O caso da América Latina, mostra que as redes horizontais estão gerando novas correntes e estruturas na área de design.

Inclusão Social

Dadas as contradições do sistema econômico do fundamentalismo de mercado e da modernização, a economia social e a economia solidária surgiram originalmente para responder à exclusão social e à marginalização das pessoas. A economia solidária é centrada principalmente nas atividades de inclusão social e na solução de problemas como desemprego e pobreza. A teoria do decrescimento enfatiza a inclusão das pessoas e das regiões marginalizadas por trás do desenvolvimentismo e do universalismo vigentes. Sasaki afirma que na teoria das cidades criativas “o novo modelo de cidade usufrui da criatividade da arte e da cultura aplicadas às novas indústrias e empregos, e na solução de questões como a dos sem teto e dos problemas ambientais, uma tentativa de revitalização da cidade em diversas formas. Um modelo urbano criado a partir da síntese das experiências da Capital Europeia da Cultura que vem trazendo resultados desde o seu início em 1985 na Europa”. Desta forma, Sasaki levanta a inclusão social considerando-a um ponto relevante da teoria da cidade criativa, apontando que “Tanto a cidade criativa quanto a inclusão social, ao superarem a desmontagem do estado de bem-estar pela reforma neoliberal, são uma tentativa de reforma social com uma base comum que visa uma nova sociedade descentralizada de bem-estar” (SASAKI, MIZUUCHI, 2009, pg.4). Na América Latina, o campo do design também está mais consciente na importância da inclusão social, como mostram os exemplos houve avanço das práticas de inclusão através do design social. A inclusão social avançando através do design social, é um elemento essencial para se transformar uma sociedade em sustentável também fora da América Latina. Apesar de a inclusão em si já estar ligada à mudança do sistema social, assim como apontado nos casos analisados, é preciso enfatizar que ela consegue mudar a natureza das atividades do design e através destas consegue mudar os sistemas econômico e cultural.

Com foco na atividade do design, uma síntese do resultado das análises dos três casos resumiu a relação entre cada sistema e os fatores, e verificou-se uma estrutura. A diversidade e a

regionalidade são elementos indispensáveis à atividade do design para a formação de um sistema sustentável, e estes dois elementos transformam a qualidade da atividade do design para a formação de uma sociedade sustentável. A atividade de design que desfruta da diversidade e da regionalidade consegue estimular os sistemas econômico, cultural e social a se tornarem cada vez mais sustentáveis. E ao mesmo tempo, os sistemas econômico e cultural que foram fortalecidos para serem mais sustentáveis pela diversidade e a regionalidade, promovem a atividade do design que contribui para a formação de uma sociedade sustentável. Fatores como a atividade da sociedade civil, a inclusão social e as redes horizontais propiciam a democratização e a diversidade da atividade do design fortalecendo a atividade para a formação de uma sociedade sustentável. A atividade do design diversificada e democratizada, além de contribuir para as práticas de inclusão social e das atividades da sociedade civil e para o fortalecimento das redes horizontais, está tornando sustentável cada sistema. E como ficou claro nas considerações sobre cada exemplo, através da atividade do design cada sistema: econômico, social e cultural influencia a sustentabilidade mútua.

Resumindo as relações de até então, a partir dos cinco fatores, a atividade do design passou a contribuir para a formação de uma sociedade sustentável, por uma estrutura que transforma cada sistema em sustentável. Cada sistema e cada fator se influenciam, possibilitando verificar uma estrutura que fortalece a atividade do design e contribui para a formação de uma sociedade sustentável. Em resumo, a relação de fortalecimento mútuo com foco no design, é uma estrutura em ciclo progressivo para o fortalecimento mútuo. Na análise do modelo de cidade criativa, Sasaki (1997-2001) pontua o diagrama conceitual da produção cultural de Kanazawa. Na estrutura da produção cultural de Kanazawa, o ciclo de consumo e produção geram o aumento da sofisticação do capital cultural e da qualidade do consumo do mercado interno da cidade, uma estrutura que se desenvolve para o próximo ciclo. O ciclo regional garante a endogeneidade e a sustentabilidade e promove a mudança, um

ponto de vista importante também para o modo de ser da atividade do design.

Essa estrutura cíclica também pode significar uma mudança para um sistema ambiental mais sustentável. Por exemplo, na “Economia Ambiental” de Kazuhiro Ueda, Hitoshi Ochiai, Yoshifusa Kitabatake e Shunichi Teranishi, os problemas ambientais são separados em três: poluição ambiental, como a do ar; destruição ambiental, como a das florestas e do ecossistema; e destruição da amenidade, que significa a violação do ambiente cotidiano, a perda da paisagem única da região e destruição do estoque de cultura material e imaterial (UEDA, OCHIAI, KITABATAKE, TERANISHI, 1991, p.5). Kenichi Miyamoto também menciona a necessidade de medição da qualidade do ambiente, e aponta que a cultura também faz parte dessa medição (MIYAMOTO, 1989, p.276-277). Miyamoto e os demais autores pensam em um sistema ambiental que inclui o sistema social, cultural e econômico, e que a mudança feita pelo sistema econômico, cultural e social para um sistema mais sustentável pode estabelecer um sistema ambiental sustentável. Como mostra diagrama 5-4, essa estrutura cíclica que consegue transformar o sistema ambiental em sustentável consegue elevar a sustentabilidade em diversos campos, contribuindo para a formação de uma sociedade “de possível manutenção” apontada por Shigueto Tsuru e Kenichi Miyamoto.

A estrutura cíclica que fortalece a sustentabilidade da atividade do design por meio da própria atividade do design, significa a superação dos próprios limites da atividade e indica como o design atua para a formação de uma sociedade sustentável. Os cinco fatores que formam a estrutura cíclica elevam o potencial do design como atividade cultural. Estes fatores devem ser as perspectivas utilizadas nas políticas como condição ambiental para melhorar o potencial multifacetado das atividades de design e reformar a sociedade.

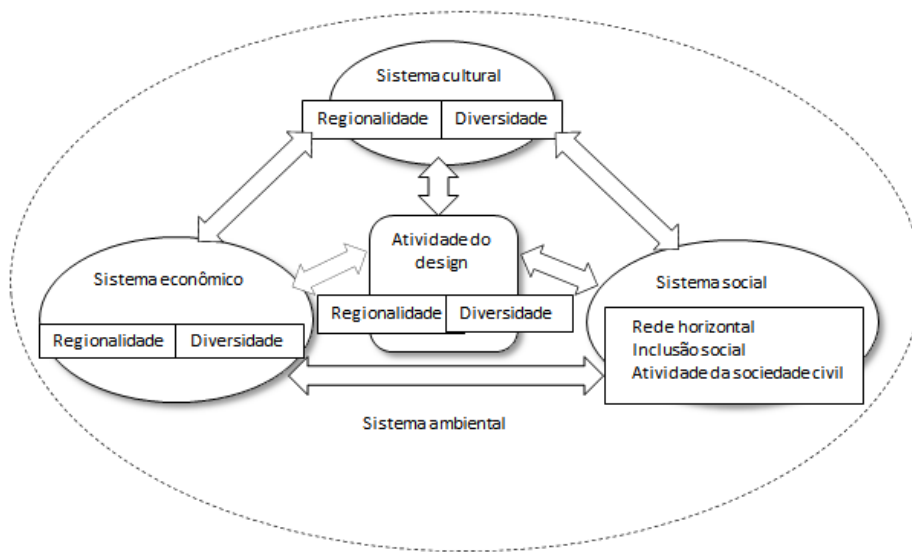


Figura 5-4 Relação entre as atividades do design, fatores e sistemas a partir dos três casos

5.2 Pela individualização e democratização da política de design

Por último, considerando as análises e as propostas políticas de cada exemplo do tópico anterior, gostaria de concluir a partir do ponto maior, sobre as atribuições das políticas de design.

As políticas de design de até então eram basicamente políticas que apoiavam a atividade para vender produtos, ou seja, uma política de dinamização da economia. Isso gerou problemas em escala mundial, como resíduos em massa e uniformização de produtos. O que se busca atualmente não é apenas a dinamização da atividade do design, mas sim uma atividade do design que possa realizar a formação de uma sociedade alternativa que objetiva o crescimento social e cultural em acordo com a natureza, sendo este o papel consolidado para uma política de design de agora em diante.

Em primeiro lugar, é necessária a individualização da política de design. O que a teoria socioeconômica alternativa e os casos levantados sugerem é a necessidade de definir a atividade do design neste contexto de regeneração regional e superação dos vários problemas em escala global a partir da diversidade cultural e da restauração da regionalidade. Para isso, é necessário classificar a política de design como política regional e cultural. Pois, ao avançar a atividade do design como política regional e cultural, com certeza a política de design se tornará particular, individual.

A modernização vem sendo promovida pela iniciativa do sistema econômico. Na política de design até então, a própria atividade do design também era assim, inclinada aos objetivos econômicos.

A maioria das políticas de design foram formuladas de acordo com a classificação dada à atividade do design que mirava valores modernos tais como a universalização e a padronização.

A modernização era um processo de universalização e padronização para tornar o mundo um sistema único. E por isso, a atividade do design desde a era moderna, não conseguia evitar o direcionamento para a similaridade e a homogeneização. A política de design como política econômica e de indústria também foi se inclinando em direção à universalização e à padronização. Nessa inclinação para o lado econômico e a padronização, a política passou a negligenciar o design como atividade cultural. Podemos dizer que faltam perspectivas em relação à regionalidade e à diversidade regional nas políticas de design. Não que o design não fosse visto como atividade cultural, mas por essa visão do design, principalmente no Japão a política de design foi aprisionada na estrutura da política econômica levando à insignificância do design no sistema cultural em termos de uma política específica.

Ao ver o design como atividade cultural, é indispensável haver uma política para o design inserida na política cultural. Existe a necessidade de políticas que permitam ao público em geral desempenhar um papel de liderança nas atividades de design, bem como de políticas que permitam ao público em geral usufruir independentemente dos benefícios do design. As condições que são apresentadas na “cidade criativa” de Sasaki (2000), menciona que não só os artistas e os cientistas, mas, também os “trabalhadores e artesãos podem se envolver em trabalhos úteis e enriquecer suas vidas, não como um trabalho duro, tornando artística a vida cotidiana”. No âmbito da política cultural, a política de promoção do artesanato também é importante. Só com a promoção do artesanato ocorre a ativação das indústrias e a geração de empregos, a formação da identidade regional e a utilização dos recursos naturais promovendo a sustentabilidade econômica, cultural, ambiental e social, e assim como os exemplos apontam, influenciando também a atividade de design. E o fortalecimento do sistema cultural está ligado à atividade de design, capital cultural imaterial, e por isso será necessário um investimento em muitas atividades culturais. A medida política para proteger o patrimônio cultural e a cultura tradicional e dinamizar a atividade está indiretamente ligada à geração de diversas iniciativas de design.

Para a política de design ser uma política regional é importante a cooperação e a incorporação às políticas ambientais adaptadas à região e às políticas sociais que abrangem iniciativas de inclusão social, bem como às políticas econômicas e industriais. Principalmente a política da indústria regional, a política de empreendimento, a política de TCI e as políticas de artesanato são elementos importantes para a promoção das pequenas e médias empresas, é indispensável classificar a atividade de design vinculando essas políticas. A política de design regional é eficiente tanto para a manutenção da diversidade cultural quanto para facilitar o uso do capital cultural regional e é necessário formular políticas de design que operem de maneira apropriada em cada região e com a tradição e a história de cada local.

G. Raulik Murphy, era pesquisadora sênior do *Design Wales*, centro de pesquisa de design da Universidade de Cardiff em Gales, conhecida como líder das redes da Europa e do Reino Unido. Ela fez a análise comparativa do nível de progresso da política de design de cada país. Porém, no painel de discussão da “Capital Mundial de Design em Turim 2008” ela mencionou que “é necessário um modelo de política que corresponda ao contexto e às necessidades de cada região, e não uma cópia”⁵⁵. As formas de cooperação com as políticas sociais, culturais e ambientais devem ser diferentes em cada região. É possível que a maioria das falhas do centro de design regional do Japão ocorreu devido à uniformidade das políticas de design.

Construir a política de design dentro das políticas cultural e regional, significa recuperar a regionalidade e a diversidade na atividade do design além de promover a formação do ambiente da atividade do design que consiga gerar os seus próprios valores. Construção esta, que também está ligada ao avanço da formação de redes horizontais e à cooperação da atividade de design com organizações da sociedade civil. Quem irá conservar a diversidade e a regionalidade não são as grandes empresas e nem as multinacionais, mas sim as pequenas empresas regionais, os designers e os moradores conscientes da região. Como apontado pela teoria socioeconômica alternativa e pelos exemplos estudados, a solução está nas atividades da sociedade

civil organizada (terceiro setor) e nas redes horizontais. Os empreendimentos dos designers, as empresas sociais da área de design e o suporte às atividades informais também são importantes. Por exemplo, os empreendimentos pelos designers, possibilitam a cooperação com as regiões rurais e, como pode ser observado nos três exemplos anteriores, o protagonista da atividade de design é o sujeito que facilmente pode expandir uma atividade alternativa como essa. O aumento de praticantes da atividade do design alternativo através das redes horizontais está ligado à mudança para a formação de uma sociedade sustentável.

Em segundo lugar, se busca a democratização da política de design. Ao ver a atividade de design como capital cultural, pode-se afirmar que a atividade do design é um bem público. Assim como apontado no caso da Argentina, para tornar os sistemas cultural e social sustentáveis são necessários o aproveitamento e a aplicação democrática do design que é um capital cultural. Assim como é necessário trabalhar como uma política cultural ao buscar a individualização das políticas de design, é essencial trabalhar como uma política cultural ao buscar a democratização das políticas de design. O mais importante para o desenvolvimento da política cultural, que objetiva a democratização da atividade do design é que os cidadãos comuns saibam o significado da atividade do design, bem como a criação de um sistema em que todas as pessoas estejam envolvidas. Ou seja, é estabelecer a política de design como política cultural atrelada à garantia da participação civil e nos direitos culturais. Para isso, há medidas específicas a serem executadas em política educacional, principalmente na educação formal e na educação social é desejável promover a compreensão da atividade do design. Mesmo em meio à uma verdadeira inundação de produtos e de eventos de design, é difícil dizer que o significado da atividade é compreendido pelos cidadãos em geral. Os próprios designers não são exceção. Em relação à educação, formal e social, pode se afirmar que promover uma compreensão maior do design, como o significado e o papel da atividade do design, os méritos e os deméritos até o momento e a influência que exerce em cada sistema está ligado à

garantia dos direitos culturais e à elevação da habilidade do aproveitamento cultural pelas pessoas em geral. Na tentativa de estruturar uma política de design no nível da União Europeia, a consulta pública “O design como um impulsionador da inovação centrada no usuário” (*Design as a driver of user centred innovation*) indicou que o mais necessário é a compreensão por parte dos elaboradores da política⁵⁶. Com base no documento publicado pelo Comitê Europeu em abril de 2009, que analisa se o design contribui para a geração de inovação e melhora da competição de acordo com o resultado da consulta pública “O design como um impulsionador da inovação centrada no usuário”, o maior obstáculo para uma melhor aplicação do design na Europa está no fato de que “os elaboradores da políticas não compreendem o potencial do design (78%)”. E apresenta a falta de reconhecimento por parte do cliente que aplica o design em negócios (68%) e a falta de reconhecimento pelo consumidor final (46%). O fator mais importante para a elaboração de uma política é a compreensão de que a própria atividade do design tem influência sobre diversos sistemas. Como a política de design estava posicionada dentro da política de indústria e economia, foi útil apenas para as partes interessadas. Por outro lado, por não ter sido posicionada como uma atividade cultural, não necessitava da compreensão e da participação das pessoas no geral. Mesmo que a política de design trabalhasse com o conceito de consumidor usuário, durante muito tempo não houve questionamento em relação à sua compreensão pela sociedade. O alvo da política de design eram empresas e especialistas, enquanto as pessoas em geral quase não faziam parte. Como citado anteriormente, apenas os especialistas participam da consulta pública, o que indica que finalmente pouco a pouco atividade do design foi compreendida no mundo da política. No ensino em geral, bem como em instituições educacionais especializadas na aprendizagem de designers, deveria ser informado o impacto das atividades de design, incluindo as questões globais. No Instituto de Design do Japão, discute-se a necessidade do ensino do design no ensino geral, e o Instituto realizou a publicação de livros didáticos sobre design para crianças. Os objetivos diferem, mas a necessidade do

aprendizado de design no ensino comum é mencionada como um dos três pilares da política de design do Ministério da Indústria e Economia do Japão.

Para a democratização da política de design é necessária uma abordagem conjunta com a política social. Seria de se esperar a promoção do design social, que tem como finalidade a solução dos problemas sociais e a inclusão. Para isso são importantes: a participação da sociedade civil organizada (terceiro setor), políticas que promovam a atividade de empresas sociais, formação de redes horizontais, intercâmbios acadêmicos abertos e a integração com as políticas de promoção de TCI que possam facilitar os espaços abertos de cooperação e debates. E o uso da internet e afins, como foi visto nos exemplos, é um fator que eleva o potencial do design, entretanto, nem todos têm condição de usar internet e TCI. Desta forma, uma política que possa anular esta exclusão digital seria uma medida de assistência eficiente no âmbito de uma política de design.

Uma abordagem integrada à política social necessita de uma visão em escala global e valores éticos. Ao pensar no futuro do planeta, a atividade do design precisa não somente de medidas que fortaleçam a competição no próprio país, mas sim levar em consideração, por exemplo, os problemas ambientais e os problemas sociais dos outros países. A atividade do design tem um aspecto que evoluiu longe dos valores éticos na medida do progresso do capitalismo. Porém, a atividade do design que promove a formação de uma sociedade sustentável, assim como foi visto nos exemplos, possui uma relação inseparável dos valores éticos como a economia social e a inclusão social. Com a junção de valores éticos, a atividade do design se democratiza e para promover um design democrático, é importante considerar o desenvolvimento como política social.

Em terceiro lugar, é necessária a integração das políticas e a cooperação com outros setores. Um ponto importante mostrado nos exemplos, foi a eficácia da integração das políticas e da cooperação interpública, considerando a dependência mútua do sistema. Para que a política de design poder possa usufruir os seus diversos papéis e o potencial dela, é de grande importância a integração das políticas e a cooperação Interpública baseada

na dependência mútua do sistema. Para promover a utilização democrática do design é indispensável a cooperação com as políticas culturais, sociais e educacionais. Para a promoção de uma atividade de design autônomo, é necessária a integração das políticas de ensino de design, de emprego e de promoção de empreendimentos. E para praticar o design social é necessária uma perspectiva integrada além das políticas sociais, educacionais, ambientais e de promoção do TCI. A operação das políticas acima está resumida na Figura 5-5.



Figura 5-5 Modelo desejável para uma política de design

A forma da política de design está ligada diretamente com a forma do ensino especializado de design, ou seja, com a formação do designer. Repito frequentemente que o design é uma atividade abrangente que ultrapassa a sua área, necessitando de conhecimento e práticas e cooperação de várias áreas. Porém, principalmente no caso do Japão, havia a tendência de enfatizar demais a modelagem e a tecnologia. A atividade do design para a formação de uma sociedade sustentável precisa ter perspectiva interdisciplinar e pluralista. Tanto para o ensino de design quanto para a política de design, é necessário ampliar a perspectiva. As ciências sociais, por exemplo, política social e questões sociais, e as práticas do setor da sociedade civil devem ser indispensáveis no ensino do design.